

Bolsa tem maior alta em 6 meses e dólar cai a R\$ 4,89 após dados fracos de emprego nos EUA

A Bolsa brasileira subiu 2,70% na sexta-feira (3), em sua maior alta diária desde 5 de maio deste ano, enquanto o dólar caiu a R\$ 4,89, após a divulgação de dados de emprego mais fracos que o esperado nos Estados Unidos.

Os novos dados sobre o mercado de trabalho americano sinalizaram desaquecimento da economia e aumentaram apostas de que o Fed não deve realizar um novo aumento de juros neste ano, aliviando temores do mercado.

A perspectiva de juros menores nos EUA tende a pressionar o dólar pois diminui a atratividade da renda fixa americana, fazendo com que investidores aloquem seus recursos em mercados mais arriscados, como em países emergentes.

Os rendimentos dos títulos americanos, aliás, que vinham pressionando ativos de risco globalmente, voltaram a dar trégua a investidores. Os títulos de dez anos do governo americano recuaram de 4,66% para 4,57%, após terem superado os 5% e atingido seus maiores patamares em 17 anos no mês passado.

Já as Bolsas de Valores, por serem ativos mais voláteis, são beneficiadas pelo aumento do apetite ao risco. Além disso, juros menores tendem a aliviar custos de empresas com captação e investimento, melhorando o cenário fiscal para companhias listadas em Bolsa e contribuindo para a alta dos índices americanos.

A Bolsa brasileira também foi apoiada por um movimento de correção da véspera, quando não houve

atividade no Brasil por conta do feriado de Finados, mas os índices americanos, que funcionaram normalmente, registraram fortes altas.

Com isso, o Ibovespa terminou o dia aos 118.159 pontos, em seu nível mais alto desde 20 de setembro, e o dólar recuou 1,49%, cotado a R\$ 4,896, registrando o maior recuo diário ante o real desde agosto.

Na semana, o principal índice da Bolsa de Valores brasileira acumula alta de 4,28%, enquanto a moeda americana teve desvalorização de 2,30%.

Segundo o Departamento de Comércio dos EUA, a abertura de vagas fora do setor agrícola do país subiu para 150 mil postos em outubro, ante 180 mil esperados por economistas consultados pela Reuters.

Marcelo Azevedo/Folhapress



Economia



Reforma do IR será feita em 2024 e taxar fortunas não está no radar, diz Appy

Página - 03

INSS retoma atendimento nas agências e vai liberar auxílio-doença em unidades que perito faltar

Página - 03

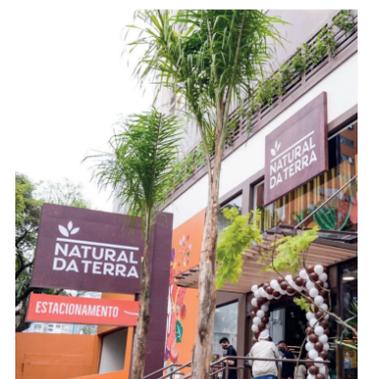


GPA consegue margem EBITDA de 7% - o 5º tri consecutivo de melhora

Página - 08

Americanas negocia com exclusividade venda da Natural da Terra ao St Marchê

Página - 08



Política

Haddad: novos benefícios tributários elevarão alíquota-padrão do IVA

Página - 04

Lula oficializa indicado de Lira como presidente da Caixa

Página - 04

No Mundo

Atentado contra forças de segurança deixa ao menos 19 mortos no Paquistão



Um ataque às tropas paquistanesas na cidade portuária de Gwadar matou 14 pessoas na sexta-feira (3), disseram os militares, no mais recente episódio de violência em uma região convulsionada por uma insurgência de décadas.

Dois veículos das forças de segurança que se deslocavam de Parni para Ormara, em Gwadar, foram emboscados pelos terroristas, informou num comunicado a agência Inter Services Public Relations, o braço de relações públicas do Exército, sem identificar os agressores.

Gwadar fica na província Baluchistão, uma região rica em minerais que faz fronteira com o Afeganistão e o Irã, e na qual os balúchis étnicos lu-

tam há anos contra o governo local. Militantes islâmicos, que pretendem derrubar o governo paquistanês e instalar o seu próprio tipo de lei islâmica estrita no país, também estão ativos no Baluchistão.

Cerca de 2.000 quilômetros de lá, também nesta sexta um atentado a bomba contra um veículo da polícia matou cinco civis na província de Khyber Pakhtunkhwa, no noroeste do país, também uma região fronteira com o Afeganistão. Outras 21 pessoas ficaram feridas, de acordo com autoridades locais, sendo oito policiais.

Nenhum grupo reivindicou o ataque, mas sabe-se que o Tehreek-e-Taliban Pakistan (TTP), uma organização guarda-chuva de vários

grupos islâmicos sunitas radicais, é muito ativo na área.

Os ataques desta sexta dispararam novos alertas às autoridades antes das eleições nacionais, que estão marcadas para janeiro o Paquistão vem registrando aumento de ações extremistas nos últimos meses, desde que o cessar-fogo entre o governo e o TTP foi rompido.

Além de enfrentar um agravamento da situação de segurança desde que o Talibã retomou o poder no Afeganistão, o país lida com inflação e desemprego, que vêm se avolumando e podem ter levado cerca de 350 migrantes paquistaneses a morrer em um barco que naufragou em junho, em águas gregas.

Folhapress

Ataque contra comboio de ambulâncias deixa vários mortos, diz Ministério da Saúde de Gaza



O Ministério da Saúde em Gaza, controlado pelo Hamas, disse que dezenas de palestinos foram mortos e feridos na sexta-feira (3) em um ataque contra um comboio de ambulâncias. Os veículos haviam deixado o hospital Al-Shifa, na Cidade de Gaza.

O porta-voz da pasta, Ashraf Al-Qudra, disse que vítimas gravemente feridas precisam ser transferidas de forma urgente da Cidade de Gaza para o sul do território palestino e, de lá, para o Egito.

Em um vídeo da AFPTV no local, pode-se ver diversos corpos e pessoas feridas ao lado de uma ambulância da-

China assume Conselho de Segurança pedindo corredor humanitário em Gaza

O Ministério da Saúde em Gaza, controlado pelo Hamas, disse que dezenas de palestinos foram mortos e feridos na sexta-feira (3) em um ataque contra um comboio de ambulâncias. Os veículos haviam deixado o hospital Al-Shifa, na Cidade de Gaza.

O porta-voz da pasta, Ashraf Al-Qudra, disse que vítimas gravemente feridas precisam ser transferidas de forma urgente da Cidade de Gaza para o sul do território palestino e, de lá, para o Egito.

Em um vídeo da AFPTV no local, pode-se ver diversos corpos e pessoas feridas ao lado de uma ambulância danificada. As imagens também mostram civis carregando feridos ensanguentados. Outras pessoas estão deitadas no chão, possivelmente lançadas contra carros estacionados na beira da estrada pela força da explosão.

Em um comunicado emitido horas após as explosões, as Forças de Defesa de Israel confirmaram a autoria do ataque, ressaltando que o

centro de Gaza é uma “zona de batalha” e que os civis ali presentes devem evacuar o local em direção ao sul do território. “Uma aeronave das FDI atingiu uma ambulância que foi identificada pelas forças como sendo usada por uma célula terrorista do Hamas nas proximidades de sua posição na zona de batalha”, diz o comunicado. “Temos informações que demonstram que o método de operação do Hamas consiste em transferir agentes terroristas e armas em ambulâncias.”

O grupo islamita, por sua vez, negou veementemente que esteja “travando uma guerra a partir de hospitais”, como acusou o exército israelense em 27 de outubro.

Anteriormente, o porta-voz do Exército israelense, Richard Hecht, disse aos repórteres que “há situações em que [os comandos do Hamas] usam um veículo civil para transportar terroristas”. “Não disparamos contra ambulâncias e hospitais se sabemos que são apenas civis e fazem o que devem fazer”, acrescentou.

Nelson Sá/Folhapress

nificada. As imagens também mostram civis carregando feridos ensanguentados. Outras pessoas estão deitadas no chão, possivelmente lançadas contra carros estacionados na beira da estrada pela força da explosão.

Em um comunicado emitido horas após as explosões, as Forças de Defesa de Israel confirmaram a autoria do ataque, ressaltando que o centro de Gaza é uma “zona de batalha” e que os civis ali presentes devem evacuar o local em direção ao sul do território.

“Uma aeronave das FDI atingiu uma ambulância que foi identificada pelas forças como sendo usada por uma célula terrorista do Hamas

nas proximidades de sua posição na zona de batalha”, diz o comunicado. “Temos informações que demonstram que o método de operação do Hamas consiste em transferir agentes terroristas e armas em ambulâncias.”

O grupo islamita, por sua vez, negou veementemente que esteja “travando uma guerra a partir de hospitais”, como acusou o exército israelense em 27 de outubro.

Anteriormente, o porta-voz do Exército israelense, Richard Hecht, disse aos repórteres que “há situações em que [os comandos do Hamas] usam um veículo civil para transportar terroristas”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

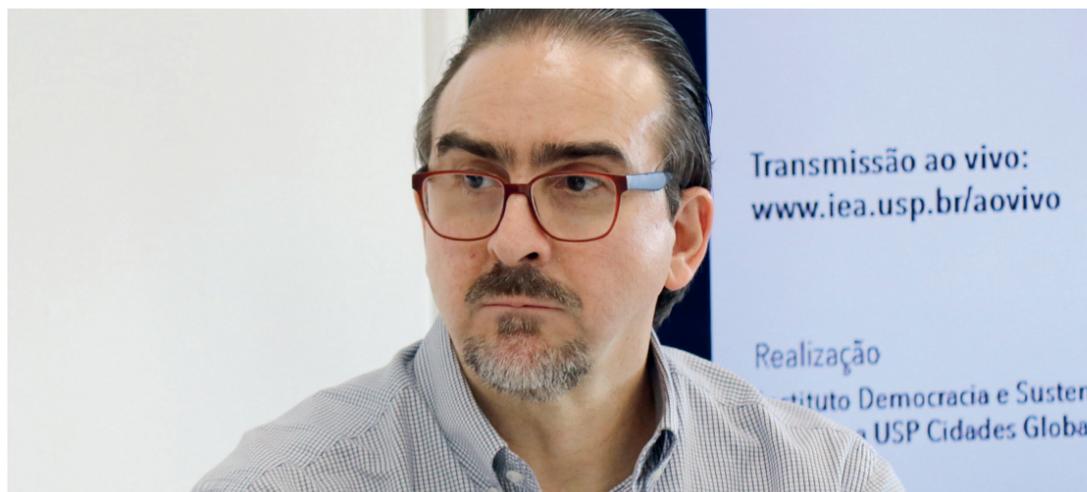
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Reforma do IR será feita em 2024 e taxar fortunas não está no radar, diz Appy



O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou na sexta-feira (3) que a reforma do Imposto de Renda deverá ser enviada ao Congresso no início de 2024, argumentando não ver sentido em enviar um projeto de lei ao Legislativo no encerramento do ano.

Em entrevista ao site Poder360, Appy disse que não está em discussão iniciativa para taxar grandes fortunas. Segundo ele, o sistema de tributos sobre a renda é mais importante para a arrecadação do que cobranças sobre patrimônio. “A tributação de grandes fortunas não está na nossa pauta, não neste momento, a gente está focando mais na tributação da renda”, disse.

“Aqui no Brasil a gente tem falhas que fazem com que pessoas de alta renda muitas vezes paguem menos imposto do que pessoas de renda mais baixa, a gente está focando em corrigir essas distorções, não está em discussão o imposto sobre grandes fortunas”, acrescentou.

O secretário disse que não há proposta fechada para a reforma do Imposto de Renda, mas o texto terá como premissa um aumento da eficiência e da justiça tributária, cobrando menos dos mais pobres.

Na entrevista, Appy ainda afirmou que as alterações no texto da reforma tributária sobre o consumo feitas pelo Senado podem levar a alíquota geral do novo imposto a até 27,5%, mas o governo não descarta a possibilidade de o

patamar ficar abaixo de 27%.

Segundo ele, o nível exato da alíquota — a ser definido posteriormente via lei complementar — dependerá de regulamentação de regimes favorecidos, da abrangência do imposto seletivo e da definição exata dos itens que serão beneficiados com redução das cobranças.

O relatório da reforma está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde deverá ser votado antes de ser enviado ao plenário.

Appy disse também que reunião na Fazenda definiu que será mantido o valor anual de R\$ 60 bilhões para repasse ao Fundo de Desenvolvimento Regional previsto na proposta de reforma.

CNN

INSS retoma atendimento nas agências e vai liberar auxílio-doença em unidades que perito faltar

As agências da Previdência Social terão funcionamento normal nesta sexta-feira (3), um dia após ficarem fechadas no feriado de Finados. As unidades vão funcionar nos horários habituais, conforme a região e a unidade, das 7h às 17h, ou das 8h às 17h.

Os segurados com exame médico pericial agendado, mas que não sejam atendidos por ausência do perito, poderão pedir o benefício por meio do Atestmed, que exige o envio de atestado pela internet, na própria agenda.

O atendimento será feito pelo servidor do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que irá enviar a documentação para o segurado.

Há regras para pedir o auxílio-doença pelo Meu INSS. Neste caso, é necessário levar

o atestado, além de laudos e exames médicos recentes, documentos que já deverão estar com o segurado que tiver perícia agendada na sexta-feira (3). O servidor ou funcionário da agência que fizer o atendimento vai fazer uma cópia dos documentos e registrar o pedido de auxílio-doença pelo aplicativo ou site Meu INSS, sem que seja necessário agendar perícia médica. O segurado receberá o protocolo de seu atendimento.

A previsão é que, após análise documental, o auxílio seja concedido em até 15 dias. Se for necessário, uma perícia será agendada.

O agendamento de exame médico também será feito em caso o pedido de auxílio seja por acidente de trabalho ou doença ocupacional.

Cristiane Gercina/Folhapress



Cashback pode elevar preços da cesta na reforma tributária, diz Abras



A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) é favorável à reforma tributária e concorda com o relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM), mas ressalta que é preciso ter cuidado com a aplicação do instrumento de cashback - mecanismo que restitui ao consumidor parte do dinheiro gasto - na cesta básica.

Entre os pontos da proposta de reforma tributária, o presidente da Abras, João Galassi, destacou a criação de duas cestas básicas, uma isenta e outra com alíquota de 60% de desconto mais o cashback.

Galassi disse que, para a Abras, a cesta básica isenta é infinitamente mais eficiente como distribuição de renda do que o cashback. Apesar

disso, a entidade não se opõe que a cesta estendida seja acrescida desse benefício.

“O cashback não é o melhor instrumento da política social. A desoneração total da cesta básica seria muito mais benéfica para a população de baixa renda. O instrumento não atenderá uma parte da população vulnerável, onerando o grupo com mais tributos, por meio dos produtos que eventualmente tenham aumento de preços por aumento da carga tributária, como alguns tipos como carne e hortifruti”, disse dia 1º, em entrevista coletiva virtual.

“No entanto, visto que o Congresso resolveu seguir com a criação deste instrumento, após a redução de 60% da cesta estendida, é importante garantir que a devolução dos tributos aconteça para o

consumo de alimentos e não nos opomos à forma como foi apresentada”, completou.

O presidente da Abras disse que, em outros estudos, a associação não questionou o cashback porque estava focada em apresentar o impacto da carga tributária. Mas agora que foi feito um relatório, a entidade apoia, defende e acredita que existem instrumentos que, durante o debate das leis complementares, poderão aferir uma redução ou carga neutra na cesta básica nacional isenta.

O dirigente alertou que poderá ocorrer aumento da carga tributária, dependendo da alíquota do imposto sobre o valor agregado (IVA), que poderá variar de 25% a 30% e da composição dos itens que estão em cada uma das cestas.

Cristina Índio do Brasil/ABR

Política

Haddad: novos benefícios tributários elevarão alíquota-padrão do IVA



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que as chamadas exceções, ou seja, os novos benefícios tributários que o relator da reforma tributária (Proposta de Emenda à Constituição 45/2019) no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu em sua proposta alternativa ao texto já aprovado pela Câmara dos Deputados elevarão em 0,5 ponto percentual a alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). Apesar disso, o ministro garante que, comparativamente, a alíquota-média tende a cair para a maioria dos contribuintes.

“Em relação à versão [da PEC] que saiu da Câmara, [o texto alternativo apresentado

por Braga] aumenta [a alíquota-padrão] em cerca de meio ponto”, disse o ministro a jornalistas, no início da tarde da quinta-feira (2). “Já a alíquota média é a mesma, porque a reforma tributária não tem aumento de carga [...] Na verdade, a alíquota média será menor que a de hoje, pois, quando você diminui o litígio e a sonegação, há uma ampliação da base e a alíquota média tende a cair”, acrescentou o ministro.

Após a Câmara aprovar o texto-base da reforma tributária, em julho deste ano, o Ministério da Fazenda calculou que, considerando as exceções aprovadas pelos deputados, a alíquota-padrão do IVA ficaria entre 25,45% e 27%, ao passo que a tribu-

tação sobre o consumo cairia abaixo dos atuais 34,4%. Os cálculos foram realizados com base na premissa de que a reforma não elevará a carga tributária (peso dos tributos sobre a economia), mantendo a arrecadação dos tributos sobre o consumo na proporção de 12,45% do Produto Interno Bruto.

Após se reunir por mais de duas horas com o senador Eduardo Braga, com técnicos do ministério e consultores do Senado que assessoram o relator da proposta, Haddad assegurou que, mesmo com as novas exceções incluídas para beneficiar alguns setores produtivos, a alíquota-padrão não deverá chegar a 28%.

Alex Rodrigues/ABR

Rui Costa diz que não há possibilidade de aumento de gasto público

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou na sexta-feira (3) que não há possibilidade de aumento de gastos públicos, independentemente da decisão do governo sobre a meta fiscal.

“Independente da meta, o total de gasto com investimento mais custeio está dado. São duas travas que o arcabouço tem. Isso já está definido lá, que é o percentual de 70% da receita dos últimos 12 meses, contados do meio do ano”, afirmou o ministro.

“Não há possibilidade, independente do debate da meta. Não há nenhuma possibilidade de aumentar gasto público, nem de investimento, nem de custeio”, completou.

Rui Costa ainda completou que não há novidades sobre uma eventual mudança na meta fiscal.

Rui Costa se referia aos mecanismos presentes na nova regra fiscal, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em agosto.

O novo arcabouço fiscal permite o crescimento das despesas acima da inflação,

desde que respeitado o intervalo de 0,6% a 2,5% de avanço. A definição do percentual exato depende da arrecadação: a fórmula prevê que elas cresçam o equivalente a até 70% da alta real das receitas nos 12 meses acumulados até junho do ano anterior (neste caso, 2023).

O ministro também acrescentou que não há uma “dicotomia” dentro do governo, entre uma ala mais gastadora e outra mais adepta das medidas de responsabilidade fiscal.

“Vi alguns artigos [na imprensa] tentando fazer um contraponto entre uma parte do governo que é gastador e outra que é poupador. Não há esse debate, não há essa dicotomia, porque não há nenhuma possibilidade de aumentar o gasto, porque o arcabouço não permite”, acrescentou o chefe da Casa Civil.

A fala aconteceu após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os ministros da área de infraestrutura. Estiveram presentes o próprio Rui Costa e o titular da Fazenda, Fernando Haddad.

Nathalia Garcia/Folhapress



Lula oficializa indicado de Lira como presidente da Caixa



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou oficialmente o economista Carlos Antônio Vieira Fernandes, como o novo presidente da Caixa Econômica Federal.

Vieira é indicado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e sua nomeação faz parte do processo que culminou com a entrada do centrão na base governista.

A nomeação do economista foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, na sexta-feira (3).

Na quarta-feira (25), o presidente Lula demitiu a presidente da Caixa Econô-

mica Federal, Rita Serrano, que era um quadro ligado ao Partido dos Trabalhadores.

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu hoje com a presidenta da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, e agradeceu seu trabalho e dedicação no exercício do cargo”, disse a nota do Palácio do Planalto, sem mencionar a palavra demissão.

“O governo federal nomeará o economista Carlos Antônio Vieira Fernandes para a presidência do banco, dando continuidade e ao trabalho da Caixa Econômica Federal na oferta de crédito na nossa economia e na execução de políticas públicas em diversas áreas sociais, cul-

turais e esportivas”, conclui.

A nota elogia ainda que Rita Serrano: “Cumpru missão importante, com a valorização do corpo de funcionários e retomada do papel do banco em diversas políticas sociais, ao mesmo tempo aumentando sua eficiência e rentabilidade, ampliando os financiamentos para habitação, infraestrutura e agronegócio”.

O comando do banco era alvo da cobiça do centrão e entrou nas negociações com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em troca de apoio no Congresso Nacional. O posto está na mira do PP desde julho.

Renato Machado/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 4,8904 / R\$ 4,891 ** Câmbio livre mercado - R\$ 4,8947 / R\$ 4,8967 * Turismo - R\$ 5,0100 / R\$ 5,1020 (*) cotação média do mercado (**) cotação do Banco Central Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,49
OURO BM&F R\$ 303,499 BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: +2.70% Pontos: 118.160 Volume financeiro: R\$ 26.392 bilhões Majores altas: CASAS BAHIA ON (17.39%), VAMOS ON (14.50%), MAGAZ LUIZA ON (12.03%) Majores baixas: SUZANO S.A. ON (-0.56%), TIM ON (0.19%), PETRORIO ON (0.27%) S&P 500 (Nova York): 0,94% Dow Jones (Nova York): 0,66% Nasdaq (Nova York): 1,38% CAC 40 (Paris): -0,19% Dax 30 (Frankfurt): 0,3% Financial 100 (Londres): -0,39% Nikkei 225 (Tóquio): 1,1% Hang Seng (Hong Kong): 2,52% Shanghai Composite (Xangai): 0,71% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,84% Merval (Buenos Aires): -2,57% IPC (México): 2,97%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE Março 2023: 0,71% Abril 2023: 0,61% Maio 2023: 0,23% Junho 2023: -0,08% Julho 2023: 0,12% Agosto 2023: 0,23% Setembro 2023: 0,26%

BC tem ganho de R\$ 7,377 bilhões com swap cambial em outubro até dia 27



Após registrar prejuízo de R\$ 15,886 bilhões com sua posição em swap cambial pelo critério de caixa em setembro, o Banco Central teve resultado positivo de R\$ 7,377 bilhões com esses contratos em outubro, até o dia 27.

Pelo conceito de competência, houve ganho de R\$ 3,168 bilhões. O resultado por este critério inclui ganhos e perdas ocorridos no mês, independentemente da data de liquidação financeira. A liquidação financeira desse resultado (caixa) ocorre no dia seguinte, em D+1.

Com a rentabilidade na administração das reservas internacionais, houve perdas de R\$ 21,747 bilhões. Entram no cálculo ganhos e prejuízos com a correção cambial, a marcação a mercado e os juros. Já o resultado líquido das

reservas, que é a rentabilidade de menos o custo de captação, ficou negativo em R\$ 32,798 bilhão até o dia 27 de outubro.

O BC sempre destaca que, tanto em relação às operações de swap cambial quanto à administração das reservas internacionais, não visa ao lucro, mas fornecer hedge ao mercado em tempos de volatilidade e manter um colchão de liquidez para momentos de crise.

No acumulado de 2023 até o dia 27 de outubro, o resultado com a posição de swaps cambiais do BC é positivo em R\$ 51,458 bilhões no critério caixa e em R\$ 52,782 bilhões no conceito de competência.

Com a rentabilidade na administração das reservas internacionais, há perda de R\$ 73,619 bilhões no ano. O resultado líquido das reservas ficou negativo em R\$ 205,157 bilhões.

Dólar cai 1,54%, a R\$ 4,8963, com sinal de juro parado nos EUA

O dólar à vista caiu 1,54% em relação ao real nesta sexta, 3, a R\$ 4,8963, acompanhando o rali de ativos de risco desencadeado por números que mostraram esfriamento do mercado de trabalho americano e consolidaram a aposta no fim do ciclo de aperto monetário no país. Esse sinal se sobrepôs às preocupações com o cenário fiscal doméstico e levou

a moeda americana à menor cotação no fechamento desde 20 de setembro (R\$ 4,8802). Na semana, caiu 2,33%.

A moeda americana perdeu força globalmente, tanto em relação a pares desenvolvidos – com o índice DXY operando em torno de 105,000 pontos, em queda próxima de 1% –, quanto ante emergentes como o peso chileno (-1,44%) e o mexicano (-0,34%). Aqui, operou em queda durante toda a sessão, entre a máxima de R\$ 4,9339 (-0,79%) e a mínima de R\$ 4,8769 (-1,93%), também o menor nível intradia desde 20 de setembro.

O payroll americano deu a senha para o rali dos ativos de risco nesta sexta-feira, após o mercado doméstico ter ficado fechado ontem devido ao feriado de Finados. Segundo o Departamento de

CSI Cargo Logística Integral S.A.

CNPJ nº 02.554.149/0013-81
Regulamento Interno - Armazém Geral
A Sociedade empresária **CSI Cargo Logística Integral S.A.**, com sua Filial estabelecida no Município de Cabreúva, Estado de São Paulo, na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/nº, km 80,2, Bairro Pinhal, CEP 13.317-204, devidamente inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob nº 02.554.149/0013-81, Inscrição Estadual nº 233.105.806.119 e NIRE 35.920.242.820, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Sr. Andrés Maluf Ceballos**, brasileiro, administrador, solteiro, portador do RG nº 13.128.889-1 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 161.802.858-88, residente e domiciliado na Rua BR 376, Km 14, nº 16099, Bairro Barro Preto, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83.015-820, através da presente **Estabelece** as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: **Artigo 1º.** Serão recebidas em depósito mercadorias diversas que não possuem natureza agropecuária. **Parágrafo Único.** Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários às disposições legais. **Artigo 2º.** As mercadorias que serão recebidas em depósito são de origem nacionais e importadas e a Empresa possui todas as Licenças Governamentais necessárias para efetuar a armazenagem dos produtos. **Artigo 3º.** A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I- Quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; II- Se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. III- Se não vier acompanhada da documentação fiscal exigida pela legislação em vigor. **Artigo 4º.** É vedado a CSI, exercer o comércio de mercadorias idênticas às que se propõe receber em depósito, e adquirir, para si ou para outrem, mercadorias expostas à venda em seus estabelecimentos, ainda que seja a pretexto de consumo particular. (§ 4º, art.8º Decreto 1.102/1903). **Artigo 5º.** A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior. **Artigo 6º.** Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, seu procurador ou do preposto e será dirigida à empresa que emitirá um documento especial (denominado de Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo 7º.** As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. **Artigo 8º.** O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto nº 1.102/1903. **Condições Gerais:** Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº 1.102/1903. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. São José dos Pinhais (PR), 04 de outubro de 2023. **Andrés Maluf Ceballos**, Diretor Presidente.

Tarifa Remuneratória Armazém Geral
CSI Cargo Logística Integral S.A., com sua Filial estabelecida no Município de Cabreúva, Estado de São Paulo, na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/nº, km 80,2, Bairro Pinhal, CEP 13.317-204, devidamente inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob nº 02.554.149/0013-81, Inscrição Estadual nº 233.105.806.119, NIRE 35.920.242.820, através da presente expor sua Tarifa Remuneratória: **1. Da Armazenagem: 1.1. Serviço de Armazenagem Geral** – utilização exclusiva do Armazém Geral – R\$ 45,64 m2 mensais. São José dos Pinhais (PR), 04 de outubro de 2023. **Andrés Maluf Ceballos**, Diretor Presidente.

Memorial Descritivo - Armazém Geral
CSI Cargo Logística Integral S.A., com sua FILIAL estabelecida no Município de Cabreúva, Estado de São Paulo, na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/nº, Km 80,2, Bairro Pinhal, CEP 13.317-204, devidamente inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob nº 02.554.149/0013-81, Inscrição Estadual nº 233.105.806.119, NIRE 35.920.242.820, vem através do presente descrever a seguir, as condições de seu Armazém: O Capital Social da matriz totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 99% (noventa e nove por cento) quotas sociais, todas pertencentes à sócia **SOCBER do Brasil Ltda.** e 1% (Um por cento) quotas sociais, pertencentes à sócia **EXPRESSO CARGO S.A. I. Capacidade: Área Total da Unidade:** O imóvel no endereço supracitado, conta com um total de área em **18.690 m². Área Destinada a Armazém:** A área destinada a Armazenagem de mercadorias, tem **8.608 m²**, com capacidade para realizar a guarda com segurança das mercadorias de terceiros. Pé direito em 12 m. Possui 10 (Dez) docas. **Área Destinada à Administração:** A área destinada ao escritório e administração está localizada em mezanino interno ao prédio principal, composto por: • Área administrativa em mezanino, a área administrativa possui divisórias para as separações dos ambientes, escritórios administrativos, recepção, copa, banheiros masculino e feminino, vestiários masculino e feminino. **Áreas Compartilhadas entre Funcionários:** • Copa, Vestiários Masculino / Feminino. **Áreas Comuns:** • Portaria, Área de Estacionamento. **II. Comodidade:** A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato, conforme demonstrado no Laudo Técnico com fotos anexadas. **III. Segurança:** Está de acordo com as normas técnicas para armazenagem, consoante com a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como os serviços propostos no Regulamento Interno e aprovados por profissional em Laudo Técnico. **IV. Sistema de Segurança:** • Portaria 24 Horas com guarita, controle de acesso para visitantes e funcionários, equipado com catracas eletrônicas, monitoramento por câmeras, vigilância armada, a empresa responsável pela segurança e acesso ao armazém é terceirizada, a via de acesso para carga e descarga é separada do acesso para funcionários e visitantes; • Extintores, Hidrantes, 8 Saídas de Emergência, e Ponto de Encontro; • Há fácil acesso ao serviço de salvamento do corpo de bombeiros, há acompanhamento regular do sistema de combate a incêndios, segundo a NBR 12.962, há quantidade suficiente de extintores, e estes passam regularmente por manutenção, conforme as NBRs, há saídas de emergência devidamente sinalizadas e com no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de abertura obedecendo à NBR 9.077, rotas de fuga sinalizadas e com distância inferior a 15m (quinze metros), possuem pontos de encontro bem sinalizados, contam com hidrantes e/ou mangotinhos instalados obedecendo à NBR 13.714, possuem alarme de incêndio com chuveiros automáticos de acordo com a NBR 10.897; • Pinturas no piso com sinalizações para as saídas de emergência, placas de sinalização das rotas de fuga nas paredes, sinalização de ambiente de empilhadeiras, sinalização de travessias de pedestres. Existem ainda, chuveiro de emergência na instalação do armazém, Eletrodutos, calhas e tubulações estão com as cores dos materiais de instalação, mais placas de sinalização e orientação, e apresentam as cores condizentes da NR 26. **V. Natureza e Discriminação das Mercadorias:** O Armazém receberá em seu depósito mercadorias nacionais e importadas. A Empresa possui todas as licenças governamentais necessárias para fazer armazenagem dos produtos. A área destinada ao Armazém é subdividida de acordo com a sua destinação. Os produtos a serem armazenados são bens de consumo. **VI. Equipamentos:** Para o exercício das atividades supra elencadas, o armazém possui máquinas e equipamentos adequados para guarda e conservação das mercadorias tais como: • Empilhadeira elétrica Marca: BYD (Fabricante BYD do Brasil LTDA) **VII. Operações e Serviços:** As operações e serviços serão desenvolvidos para a Guarda e Conservação de Mercadorias de terceiros em depósito da Requerente, nos termos do Decreto nº 1102 de 21 de novembro de 1903. Cabreúva/SP, 04 de outubro de 2023 **CSI Cargo Logística Integral S.A. Andrés Maluf Ceballos**, Diretor Presidente. JUCESP nº 425.087/23-2 em 01/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Intersatellite do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 22.725.492/0001-15 - NIRE 35.229.222.691
Edital de Convocação de Reunião Extraordinária de Sócios
Ficam convocados os Srs. sócios da **Intersatellite do Brasil Ltda.**, sociedade limitada com sede na Avenida Paulista, nº 1079, 7º e 8º andar, Setor A, Bela Vista, CEP 01.310-200, São Paulo-SP, a participar da Reunião Extraordinária de Sócios, que será realizada virtualmente por meio da plataforma **Microsoft Teams da sociedade por meio do link a ser enviado em até 12 horas antes da reunião**, no dia 13 de novembro de 2023, em primeira convocação às 10h, horário de Brasília, e, em segunda convocação, às 10h30min, horário de Brasília, para deliberar sobre as seguintes matérias: I. Exclusão da Sociedade, por justa causa, do Sr. **Igor Cesar Teixeira Falcão**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.047.947-8, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 005.889.369-52, residente e domiciliado na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Caracas, nº 377, apartamento 2603, Santa Rosa, CEP 86050-070, nos termos do Artigo 1.085 do Código Civil e Cláusula Décima Quinta do Contrato Social da Sociedade, em razão da realização de movimentações financeiras injustificadas que comprometeram a lucratividade da Sociedade. Por ocasião da discussão do item, será dada ampla oportunidade de defesa do sócio Sr. **Igor Cesar Teixeira Falcão**, acima qualificado. **II.** Ratificar a destituição como administrador da Sociedade do Sr. **Igor Cesar Teixeira Falcão**, acima qualificado e sua substituição pela Sra. **Bruna Frasso Gonzaga Sanches**, brasileira, viúva, contadora, inscrita no CPF/MF sob o nº 230.989.778-76, portadora da cédula de identidade RG nº 44.954.850-8, residente e domiciliada na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua João Huss, nº 855, apartamento 2303-1, Gleba Palhano, CEP 86.050-490; **III.** Ajustes no contrato social da Sociedade, conforme necessário, em razão do que for deliberado nos termos do item (I) acima. Na hipótese de representação de sócio por advogado, este deverá enviar ao e-mail bruna.sanches@globalsat.com, até o início da Reunião, cópia da procuração e da carteira da OAB. **Bruna Frasso Gonzaga Sanches.** (01, 06 e 07/11/2023)

Veiga Oliveira Participações S.A.

(em constituição)
Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 05/08/2023.
Data/Hora/Local: 05/08/2023, 10hs, em São Paulo/SP. **Mesa:** Sr. **Dario da Silva Veiga Oliveira**, presidente; Srª **Elaine Rodrigues Veiga da Costa Oliveira**, secretária. **Deliberações aprovadas:** (i) Foi comunicado ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Veiga Oliveira Participações S.A.** (ii) O capital social de R\$ 100,00, dividido em 100 ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, da mesma classe e sem valor nominal, foram integralmente realizadas pelos subscritores. (iii) Aprovado o Estatuto Social. A sociedade girará sob a denominação social de **Veiga Oliveira Participações S.A.** (iv) Eleitos para Diretores, Sr. **Dario da Silva Veiga Oliveira**, maior, brasileiro, programador, na condição de Diretor Presidente; Srª **Elaine Rodrigues Veiga da Costa Oliveira**, maior, brasileira, enfermeira, na condição de Diretora Vice-Presidente; todos com mandato de 3 anos. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. São Paulo, 05/08/2023. JUCESP/NIRE nº 3530062493-9 em 17/10/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 23.460.425/0001-89

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/03/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Nota	2023	2022	Receitas (despesas) operacionais	Nota	2023	2022	Nota	Capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Circulante		49.108	216.320	Despesas gerais e administrativas	10	(7.936)	(5.696)		873.154	3.432.445	464.812	4.770.411
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.600	213.300	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10	467.730	237.845		–	(1.175.417)	–	(1.175.417)
Impostos a recuperar		1.594	3.009	Resultado operacional antes do resultado financeiro		459.794	232.149		–	–	(488.479)	(488.479)
Despesas a apropriar		12	11	Resultado financeiro		466.797	248.761		9	–	230.102	230.102
JCP a receber		6.902	–	Receitas financeiras	11	14.261	21.918		9	(59.580)	–	(59.580)
Não Circulante		2.457.670	3.061.857	Despesas financeiras	11	(7.258)	(5.306)		6	–	–	–
Imposto Diferido		71	–	Lucro antes do IRPJ e da CSLL		466.797	248.761		6	–	–	(604.238)
Investimentos	6	2.457.573	3.061.811	IRPJ e CSLL		12	(23.892)	(18.659)	9	–	(609.377)	(609.377)
Imobilizado		26	46	Lucro líquido do período		442.905	230.102		6	–	442.905	442.905
Total do Ativo		2.506.778	3.278.177	Demonstrações do Resultado Abrangente					6	–	442.905	442.905
Passivo e patrimônio líquido				Lucro líquido do período		442.905	230.102		6	–	442.905	442.905
Circulante		451	1.000	Outros resultados abrangentes		–	–		6	–	–	–
Fornecedores		265	287	Variação do valor justo do investimento na CSN Mineração S.A.	6	(604.238)	(1.604.531)		6	–	–	–
Impostos a pagar		70	565	Resultado abrangente total do exercício		(161.333)	(945.315)		6	–	–	–
Outros passivos		116	148	Demonstrações dos Fluxos de Caixa								
Não Circulante		–	140	Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Imposto de renda diferido		–	140	Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL		466.797	248.761					
Patrimônio Líquido		2.506.327	3.277.037	Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL com o caixa utilizado pelas atividades operacionais:								
Capital social	9.a)	813.574	813.574	Depreciações e amortizações		20	30					
Outros resultados abrangentes	6	1.652.790	2.257.028	Dividendos e JCP	6	(467.711)	(237.881)					
Lucros acumulados		39.963	206.435	Outros		–	857					
Total do passivo e patrimônio líquido		2.506.778	3.278.177	Redução (aumento) nos ativos:		1.343	3.794					

1. Contexto Operacional – A Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresarial limitada, com sede na Avenida Paulista, 37 – 19º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, constituída em 07/10/2015. Sua atividade é de participação em outras empresas, na qualidade de sócia, cotista ou acionista. Foi constituída com propósito específico (SPE), com prazo de duração indeterminado pela Itochu Brasil S.A. A Empresa utiliza a estrutura de administração de seu controlador final a Itochu Corporation, através da nomeação de executivos do Japão para monitoramento e administração dos interesses dos cotistas em seu investimento na CSN Mineração S.A. A operação da Empresa no Brasil tem tido suporte financeiro próprio, através de dividendos recebidos da CSN Mineração. Suas demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), assumindo que a Empresa continuará com suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31/03/2023 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Empresa possui até 31/03/2023, um único investimento na CSN Mineração S.A., que realizou abertura de capital na B3 no dia 18/02/2021, representado por 507.762.966. A CSN Mineração tem como atividade principal a produção de minério de ferro, que é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio.

2. Elaboração das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **2.2. Base de preparação e exercício social:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O exercício social da Empresa começa em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das práticas contábeis. Essas estimativas podem afetar os valores divulgados de ativos e passivos no fim do exercício e os valores divulgados de receitas e despesas durante o exercício. Apesar de essas estimativas serem baseadas na melhor perspectiva da Administração, os resultados reais podem ser diferentes. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, ou cujas premissas e estimativas sejam relevantes às demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Empresa é o real (R\$), por ser a moeda do ambiente econômico no qual ela opera e ainda aquela na qual são gerados as receitas e os fluxos de caixa operacionais, sendo a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Apuração do resultado: O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos-futuros fluam para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.5. Moeda estrangeira: Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa (reais – R\$) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente no fim de cada exercício. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial, líquida". Os impactos de variação monetária e encargos financeiros sobre ativos e obrigações, nos termos dos contratos vigentes, também são reconhecidos, de modo que reflitam os valores auferidos e incorridos até o fim de cada exercício, e seus resultados são levados às rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras".

2.6. Caixa e equivalentes de caixa: Mantidos com a finalidade de atender a compromissos de pagamento de curto prazo e não para investimento ou demais fins. A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um risco insignificante de mudança de valor os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7. Investimentos: Os investimentos em participações de outras empresas são registrados e avaliados pelo método do valor justo e foram reconhecidas inicialmente pelo custo. Entretanto, conforme divulgado no item 2.12 abaixo, a Empresa na adoção da IFRS 9 decidiu pelo reconhecimento de alterações subsequentes ao valor justo de seu investimento patrimonial na CSN Mineração S.A., em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

2.8. Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera recuperar alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para o registro e a divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.10. Demais ativos e passivos circulares e não circulares: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulares quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulares.

2.11. Imposto de renda e contribuição social: As despesas com imposto de renda e contribuição social compõem os impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no fim de cada mês. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.** A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

2.12. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme a IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Praticas Contábeis	Descrição
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Sob a IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA,

Praticas Contábeis	Descrição	2023	2022
Alterações IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação		
Alterações ao IAS 1	Classificação de Passivos como Circulares ou Não Circulares e divulgação de políticas contábeis		
Alterações ao IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual		
Alterações ao IAS 16	Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido		
Alterações ao IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato		
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis		
Alterações ao IFRS 17	Contratos de Seguros		
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"		

A Empresa não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Empresa em períodos futuros.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Aplicações financeiras – CDB pós-CDI	40.600	213.300
Total	40.600	213.300

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs são registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até o fim do exercício, remunerados entre 98% e 103% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e resgatáveis imediatamente por solicitação da Empresa, por força de compromissos de recompra pelas instituições financeiras, sem perda de remuneração.

6. Investimentos

	2023	2022
CSN Mineração S.A.	964.438	964.438
(+) Variação do valor justo dos instrumentos patrimoniais	1.493.135	2.097.373
Total	2.457.573	3.061.811

CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração"): Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30/11/2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da Companhia Siderúrgica Nacional, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. Em 18 fevereiro de 2021, a CSN Minérios concluiu a oferta pública de ações, se tornando assim, uma sociedade anônima de capital aberto. A oferta consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, através da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. O Preço por Ação foi fixado em R\$8,50, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizados no Brasil e no exterior. Com a negociação das ações emitidas da CSN Minérios capitalizou o montante de R\$1.370 bilhões que foram destinados para aumento do capital social. A participação da Empresa nessa Companhia na data de abertura de capital era de 545.353.980 ações, sendo que nesta mesma data a Empresa decidiu vender 37.591.014 destas ações, ficando em 31/03/2023 e de 2022 com 507.762.966 onde último preço cotado nesta data foi de R\$4,84 (R\$6,03 em 2022) por ação totalizando o investimento da Empresa na Companhia no montante de R\$2.457.573 (R\$3.061.811 em 2022). A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31/03/2023 e em 31/03/2022 estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Saldo em 31/03/2021	4.666.342	–
(-) Variação do valor justo dos instrumentos patrimoniais para 31/03/2022	(1.604.531)	–
Saldo em 31/03/2022	3.061.811	–
(-) Variação do valor justo dos instrumentos patrimoniais para 31/03/2023	(604.238)	–
Saldo em 31/03/2023	2.457.573	–

Dividendos recebidos: A Empresa recebeu dividendos da CSN Mineração relativos ao exercício fiscal de 2022, no montante de R\$396.482

(R\$194.020 recebidos em 2022 referente ao exercício fiscal de 2021), a Empresa também recebeu JCP da CSN Mineração, no montante de R\$71.229 (R\$43.824 recebidos em 2022 referente ao exercício fiscal de 2021). O montante foi reconhecido no resultado do período na linha "outros resultados abrangentes", líquidas" conforme nota explicativa nº 10. **7. Saldos e Transações com partes Relacionadas** – As transações com partes relacionadas são como segue:

	2023	2022																																																																																																																									
Despesas administrativas:																																																																																																																											
Itochu Brasil S.A. (a)	(1.699)	(2.684)																																																																																																																									
Itochu Corp (a)	(392)	(437)																																																																																																																									
(a) Refere-se a serviços prestados de auxílio em assessoria e gestão financeira, tais como administrativos, de recursos humanos e jurídicos. O pagamento é trimestral e esses serviços são oferecidos à tributação de impostos (Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto sobre Serviços – ISS e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF). Remuneração da Administração: Pelo fato de a Administração da Empresa ser compartilhada com as demais empresas do Grupo Itochu Brasil, a remuneração paga aos administradores é inicialmente registrada entre elas e apropriada a cada empresa por meio de acordos de serviços corporativos entre as empresas do Grupo. 8. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas – A Empresa não está envolvida em disputas e litígios nas esferas judicial e administrativa, oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis, entre outras. Em 31/03/2023, não era conhecido risco provável que devesse ser refletido nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data ou qualquer risco possível que deva ser divulgado. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária. 9. Patrimônio Líquido – a) Capital social: Em 31/03/2023 e de 2022, o capital subscrito e integralizado é representado por 813.573.737 cotas com valor nominal de R\$1,00, e a composição acionária da Empresa é como segue: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Quantidade de cotas</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Itochu Corporation</td> <td></td> <td>628.762</td> <td>628.762</td> </tr> <tr> <td>JFE Steel Corporation</td> <td></td> <td>161.775</td> <td>161.775</td> </tr> <tr> <td>Kobe Steel, Ltd.</td> <td></td> <td>23.034</td> <td>23.034</td> </tr> <tr> <td>Itochu Brasil S.A.</td> <td></td> <td>3</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>813.574</td> <td>813.574</td> </tr> </tbody> </table> <p>O capital estrangeiro está registrado no Banco Central do Brasil – BACEN, no montante anteriormente mencionado, em nome dos cotistas. A remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos ao devido registro do capital estrangeiro com o BACEN. Distribuição de dividendos e JCP: No exercício fiscal encerrado em março de 2023 os cotistas aprovaram distribuição de dividendos no montante total de R\$609.377 mil conforme atos societários protocolados na JUCESP nos dias 13/04/2022 (montante de R\$170.233), 08/06/2022 (montante de R\$233.286) e 11/01/2023 (montante de R\$205.858). Redução de capital social: Em 13/09/2021 os cotistas aprovaram redução de capital, conforme ato societário protocolado na JUCESP em 21/12/2021, no montante de R\$59.580.</p> <p>10. Despesas por Natureza</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>(7.936)</td> <td>(5.696)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas e (despesas) operacionais</td> <td>467.730</td> <td>237.845</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>459.794</td> <td>232.149</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza das despesas estão apresentadas a seguir: Abertura das despesas comerciais e administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.</td> <td>467.711</td> <td>237.845</td> </tr> <tr> <td>Serviços profissionais tomados</td> <td>(5.801)</td> <td>(7.101)</td> </tr> <tr> <td>Viagens e estadias</td> <td>(452)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (despesas)</td> <td>(1.664)</td> <td>1.405</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>459.794</td> <td>232.149</td> </tr> </tbody> </table> <p>11. Resultado Financeiro</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rendimentos sobre aplicações financeiras</td> <td>14.261</td> <td>21.918</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>14.261</td> <td>21.918</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS sobre receitas financeiras</td> <td>(7.252)</td> <td>(5.072)</td> </tr> <tr> <td>Imposto sobre Operações Financeiras – IOF</td> <td>(6)</td> <td>(234)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(7.258)</td> <td>(5.306)</td> </tr> </tbody> </table> <p>12. Imposto de Renda e Contribuição Social – 12.1. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A taxa combinada é de 34%. A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social, com base nas taxas em vigor e no valor efetivamente reconhecido no lucro, para o período de 12 meses findo em 31/03/2023 e do exercício findo em 31/03/2022, está demonstrada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</td> <td>466.797</td> <td>248.761</td> </tr> <tr> <td>Alíquota combinada do IRPJ e da CSLL</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td>Despesa com IRPJ e CSLL pela alíquota combinada</td> <td>(158.711)</td> <td>(84.579)</td> </tr> <tr> <td>Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.</td> <td>134.804</td> <td>65.967</td> </tr> <tr> <td>Outras diferenças permanentes</td> <td>15</td> <td>(47)</td> </tr> <tr> <td>Despesa com IRPJ e CSLL</td> <td>(23.892)</td> <td>(18.659)</td> </tr> </tbody> </table> <p>12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Diferenças temporárias:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Variação do investimento (nota nº 6)</td> <td>(604.238)</td> <td>(342.430)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo</td> <td>(604.238)</td> <td>(342.430)</td> </tr> <tr> <td>Alíquota combinada</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td>Impostos diferidos ativo (Passivo)</td> <td>205.441</td> <td>116.426</td> </tr> <tr> <td>Provisão sobre realização</td> <td>(205.441)</td> <td>(116.426)</td> </tr> <tr> <td>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Empresa não reconhece imposto de renda diferido ativo sobre a variação do investimento devido seu julgamento de não ter expectativa de lucros tributáveis de mesma natureza. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária.</p>		Quantidade de cotas	2023	2022	Itochu Corporation		628.762	628.762	JFE Steel Corporation		161.775	161.775	Kobe Steel, Ltd.		23.034	23.034	Itochu Brasil S.A.		3	3	Total		813.574	813.574		2023	2022	Despesas gerais e administrativas	(7.936)	(5.696)	Outras receitas e (despesas) operacionais	467.730	237.845	Total	459.794	232.149		2023	2022	Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.	467.711	237.845	Serviços profissionais tomados	(5.801)	(7.101)	Viagens e estadias	(452)	–	Outras receitas (despesas)	(1.664)	1.405	Total	459.794	232.149		2023	2022	Receitas financeiras:			Rendimentos sobre aplicações financeiras	14.261	21.918	Total	14.261	21.918	Despesas financeiras:			PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7.252)	(5.072)	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(6)	(234)	Total	(7.258)	(5.306)		2023	2022	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	466.797	248.761	Alíquota combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	Despesa com IRPJ e CSLL pela alíquota combinada	(158.711)	(84.579)	Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.	134.804	65.967	Outras diferenças permanentes	15	(47)	Despesa com IRPJ e CSLL	(23.892)	(18.659)		2023	2022	Diferenças temporárias:			Variação do investimento (nota nº 6)	(604.238)	(342.430)	Base de cálculo	(604.238)	(342.430)	Alíquota combinada	34%	34%	Impostos diferidos ativo (Passivo)	205.441	116.426	Provisão sobre realização	(205.441)	(116.426)	Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	–	–
	Quantidade de cotas	2023	2022																																																																																																																								
Itochu Corporation		628.762	628.762																																																																																																																								
JFE Steel Corporation		161.775	161.775																																																																																																																								
Kobe Steel, Ltd.		23.034	23.034																																																																																																																								
Itochu Brasil S.A.		3	3																																																																																																																								
Total		813.574	813.574																																																																																																																								
	2023	2022																																																																																																																									
Despesas gerais e administrativas	(7.936)	(5.696)																																																																																																																									
Outras receitas e (despesas) operacionais	467.730	237.845																																																																																																																									
Total	459.794	232.149																																																																																																																									
	2023	2022																																																																																																																									
Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.	467.711	237.845																																																																																																																									
Serviços profissionais tomados	(5.801)	(7.101)																																																																																																																									
Viagens e estadias	(452)	–																																																																																																																									
Outras receitas (despesas)	(1.664)	1.405																																																																																																																									
Total	459.794	232.149																																																																																																																									
	2023	2022																																																																																																																									
Receitas financeiras:																																																																																																																											
Rendimentos sobre aplicações financeiras	14.261	21.918																																																																																																																									
Total	14.261	21.918																																																																																																																									
Despesas financeiras:																																																																																																																											
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7.252)	(5.072)																																																																																																																									
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(6)	(234)																																																																																																																									
Total	(7.258)	(5.306)																																																																																																																									
	2023	2022																																																																																																																									
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	466.797	248.761																																																																																																																									
Alíquota combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%																																																																																																																									
Despesa com IRPJ e CSLL pela alíquota combinada	(158.711)	(84.579)																																																																																																																									
Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.	134.804	65.967																																																																																																																									
Outras diferenças permanentes	15	(47)																																																																																																																									
Despesa com IRPJ e CSLL	(23.892)	(18.659)																																																																																																																									
	2023	2022																																																																																																																									
Diferenças temporárias:																																																																																																																											
Variação do investimento (nota nº 6)	(604.238)	(342.430)																																																																																																																									
Base de cálculo	(604.238)	(342.430)																																																																																																																									
Alíquota combinada	34%	34%																																																																																																																									
Impostos diferidos ativo (Passivo)	205.441	116.426																																																																																																																									
Provisão sobre realização	(205.441)	(116.426)																																																																																																																									
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	–	–																																																																																																																									

Publicidade Legal

... continuação

cem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. **13. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros – a) Considerações gerais:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco. Em 31/03/2023 e de 2022, a Empresa não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, tampouco foram contratadas operações dessa natureza durante o exercício findo naquela data. **b) Categoria dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa foram classificados conforme as seguintes categorias:

	2023	2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio de resultado ("VJ/R"):		
Caixa e equivalentes de caixa	40.600	213.300
JCP a receber	6.902	-
Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumentos patrimoniais:		
Investimentos – CSN Mineração S.A.	2.457.573	3.061.811
Total de ativos financeiros	2.505.075	3.275.111

		2023	2022		
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedores		265	287		
Outros passivos		116	148		
Total de passivos financeiros		381	435		
c) Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros: O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo com base na hierarquia prevista na IFRS 13 – Medição do Valor Justo:					
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em 31/03/2022					
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	213.300	-	-	-	213.300
Investimentos – CSN Mineração S.A.	3.061.811	-	-	-	3.061.811
Em 31/03/2023					
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	40.600	-	-	-	40.600
JCP a receber	6.902	-	-	-	6.902
Investimentos – CSN Mineração S.A.	2.457.573	-	-	-	2.457.573
Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis em 31/03/2023 e de 2022. Métodos de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Com base na hierarquia definida pela IFRS 13,					

o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (i.e., preços) ou indiretamente (i.e., dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1. • Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **d) Descrição dos principais riscos financeiros:** Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são os riscos de capital, liquidez, crédito e taxa de juros. O departamento de tesouraria e financeiro são responsáveis pela implementação da estratégia definida pela Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de posições financeiras, monitorando os riscos financeiros, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a exposição financeira. **e) Risco de capital:** A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas e envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada basicamente pelo capital de seus cotistas, uma vez que não possui nenhum nível de endividamento. A Empresa monitora o capital com base no índice de capital circulante líquido, que corresponde à capacidade que a Empresa tem de honrar suas dívidas no curto prazo subtraindo-se o passivo circulante do ativo circulante. Em 31/03/2023, a Empresa possuía capital circulante líquido de R\$48.657 (R\$215.180 em 31/03/2022). **f) Risco de liquidez:** É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar

a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **g) Risco de crédito:** A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. **h) Risco de taxa de juros:** Esse risco está relacionado à vulnerabilidade da Empresa em relação às flutuações nas taxas de juros que resultem em impacto nas receitas de aplicações financeiras. As aplicações financeiras são atreladas à taxa de juros pós-fixada. Para efeito de análise de sensibilidade, estima-se que um aumento ou uma redução de cada 10% nas taxas de CDI resultariam em um ganho ou uma perda na Empresa, brutos de imposto de renda e contribuição social, no montante demonstrado a seguir:

	Montante exposto	Ganho ou perda sobre a exposição
CDBs atrelados ao CDI	40.600	4.988

14. Cobertura de Seguros – As coberturas das apólices de seguros vigentes em 31/03/2023 são as seguintes:

Natureza	Cobertura	Limite contratual
D&O RC Adm. e diretores	Responsabilidades administradores e diretores	3.712

15. Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras – Em 22/06/2023, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

Diretoria	
Daisuke Hori – Diretor / RNM nº V283486-U	
Contador	
Alcides Y. Sakitani – CRC TC nº 1SP 095.387/O-8	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. em 31/03/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza**

relevante relacionada com a continuidade operacional: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Empresa atualmente apresenta apenas um investimento na CSN Mineração S.A., e a operação da Empresa no Brasil tem tido suporte financeiro de seus cotistas, tendo como principal cotista a Itochu Corporation. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso,

pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2023.

Deloitte Touche Tohmatsu
Audidores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alessandro Costa Ramos
 Contador CRC nº 1 SP 198853/O-3

Deloitte.

Frente Capital S.A.

CNPJ 35.737.338/0001-05 - NIRE 35300545931

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Frente Capital S/A** para reunirem-se em AGOE em 21/11/2023, em 1ª convocação às 11h, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em 2ª convocação às 11h30, com qualquer número de acionistas, em sua sede social, nesta Capital, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100 - 7ª andar, Escritório nº 8 do Edifícios Setin Tower, Vila Olímpia - CEP 04551-010 a fim de deliberarem sobre a seguinte "ordem do dia": **Sessão Extraordinária. 1.** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020 a saber: Balanço Patrimonial, e as seguintes demonstrações financeiras: Resultado do Exercício; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixa; Balanete; e Notas Explicativas. **2.** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2021 a saber: Balanço Patrimonial, e as seguintes demonstrações financeiras: Resultado do Exercício; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixa; Balanete; e Notas Explicativas. **3.** Deliberar sobre a destinação do resultado dos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2021. **4.** Deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria, com fixação de seus honorários e mandato. **Sessão Ordinária. 1.** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022 a saber: Balanço Patrimonial, e as seguintes demonstrações financeiras: Resultado do Exercício; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixa; Balanete; e Notas Explicativas. **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2022. São Paulo, 06/11/2023. Diretora: Daniela Fatima Bernardi Marchiori. (06, 07, 08/11/2023)

Frente Holding Financeira S.A.

CNPJ 34.935.657/0001-62 - NIRE 35300541855

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Frente Holding Financeira S.A.** para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 21 de novembro de 2023, em primeira convocação às 10:00 horas, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação às 10:30 horas, com qualquer número de acionistas, em sua sede social, nesta Capital, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100 - 7ª andar, Escritório nº 8 do Edifícios Setin Tower, Vila Olímpia - CEP 04551-010 a fim de deliberarem sobre a seguinte "ordem do dia": Deliberar sobre a destituição de diretor. São Paulo, 06 de novembro de 2023. Diretora: Daniela Fatima Bernardi Marchiori. (06, 07, 08/11/2023)

Frente Partnership Participações Ltda.

CNPJ 35.729.853/0001-43 - NIRE 35235753296

Edital de Convocação - Ata de Reunião de Sócios

Ficam convocados os Srs. Quotistas da **Frente Partnership Participações Ltda.**, para reunirem-se em Ata de Reunião de Sócios em 14/11/2023, em 1ª convocação às 9hs, com o quórum estabelecido na Lei 10.406/02, em 2ª convocação às 9h30, com a presença de qualquer número de quotista, em sua sede social, nesta Capital, na R. Fidêncio Ramos, 100, 7ª and., escritório 8, Edifício Setin Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-010, a fim de deliberarem sobre a seguinte "ordem do dia": **1.** Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico dos exercícios findos em 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022, em conformidade com o inciso I, do Art. 1.078, Lei 10.406/02; e **2.** Eleger os administradores, com definição de mandato e remuneração. SP, 06/11/2023. Administradora: Daniela Fatima Bernardi Marchiori. (06, 07, 08/11/2023)

Paraty Soluções em Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 39.432.996/0001-40 - NIRE. 35.236.459.600

Edital de Convocação - Assembleia de Sócios Extraordinária

Convoca os Sócios para se reunirem, no dia 07/11/2023, às 10 horas, com a presença de sócios que representem 75%, em 1ª convocação e na mesma data, às 11 horas, em 2ª convocação, na Rua São Tome, nº 86, conjunto 181 B, São Paulo-SP, para tratar sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a revogação dos parágrafos constantes na Cláusula 5ª do Contrato Social; **b)** Deliberar sobre o exercício de opção de compra de participação societária pela Sócia Majoritária contra as sócias Hanne Larissa Silva dos Reis, Maria Clara Zeferino e Tainara dos Santos Borges; **c)** Deliberar sobre a alienação de quotas representativas do capital social da Sociedade detida pelos sócios Guilherme Rodrigues Roza e Flávio Luiz Marqueti, em favor da Sócia Majoritária observando o Direito de Preferência; **d)** Outros assuntos de interesse geral. Este Edital possui efeito de notificação dos sócios para fins de exercício do Direito de Preferência. São Paulo/SP, 26/10/2023. (31/10, 01 e 06/11/2023)

HB Saúde S.A.

CNPJ nº 02.668.512/0001-56 (Companhia)

Edital de Convocação - AGE Em 13/11/2023

Ficam convocados os acionistas da Cia. para participar da **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** a se realizar em formato presencial na sede da Cia. em São José do Rio Preto/SP, Av. José Munia, 6.250, Jd. Francisco Fernandes, CEP 15.090-275, em 1ª convocação, no dia **13/11/2023**, às **10h. Ordem do Dia:** deliberar sobre **(i)** a operação de Incorporação da Cia. pela Hapvida Assistência Médica S.A. (CNPJ 63.554.067/0001-98), mediante exame e discussão do protocolo e justificativa da operação, bem como a aprovação do respectivo laudo de avaliação a valor contábil; e **(ii)** Autorização para que os diretores realizem todos os atos necessários à promoção da deliberação aprovada e outros conexos. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24hs para o e-mail: societario@hapvida.com.br. **Documentos disponibilizados:** a documentação relacionada às matérias da ordem do dia está disponível aos acionistas na sede da companhia. São José do Rio Preto/SP, 31/10/2023. Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (01, 02 e 04/11/2023)

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 - NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10 de novembro de 2023

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 10 de novembro, às 14h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a eleição de novos membros para compor a Diretoria da Companhia; **(ii)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; **(iii)** a proposta de aumento de capital social da Companhia, no montante de, no mínimo, R\$ 52.629.000,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais), mediante a emissão de, no mínimo, 52.629.000 (cinquenta e duas milhões, seiscentos e vinte e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Subscrição Mínima"), e no máximo, R\$ 52.633.902,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentos e dois reais), mediante a emissão de 52.633.902 (cinquenta e duas milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentas e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º da Lei das S.A. ("Aumento do Capital"); **(iv)** a divulgação de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A.; **(v)** a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, após o decurso do prazo do exercício do direito de preferência, para homologação do Aumento do Capital e alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para o Jurídico da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até às 15:00 horas do dia 7 de novembro de 2023, por meio do endereço eletrônico ri@athenasaude.com.br ("Cadastro"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital *Google Meet* para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relacionamento com Investidores, por meio do e-mail ri@athenasaude.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 01 de novembro de 2023. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (01, 02 e 04/11/2023)

Cotação das moedas



- Coroa (Suécia) - 0,4485
- Dólar (EUA) - 4,891
- Franco (Suíça) - 5,4453
- Iene (Japão) - 0,03275
- Libra (Inglaterra) - 6,0521
- Peso (Argentina) - 0,01397
- Peso (Chile) - 0,005595
- Peso (México) - 0,2811
- Peso (Uruguai) - 0,1222
- Yuan (China) - 0,67
- Rublo (Rússia) - 0,05316
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,25

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

GPA consegue margem EBITDA de 7% – o 5º tri consecutivo de melhora



O Grupo Pão de Açúcar concluiu o terceiro trimestre com uma margem EBITDA de 7%, o que marca o quinto trimestre consecutivo de melhorias, sendo este o período de maior aumento na comparação anual. Esses resultados refletem os esforços de reestruturação da empresa desde que Marcelo Pimentel assumiu o cargo de CEO há um ano e meio.

A receita bruta aumentou em quase 10%, atingindo R\$ 5,1 bilhões, com um crescimento de 6,6% nas vendas nas mesmas lojas. O crescimento foi liderado pela bandeira Pão de Açúcar, que teve um aumento nas vendas nas mesmas lojas de 7,2%, e pela vertical de proximidade, que expandiu em 25% em volu-

me, em grande parte devido à abertura de novas lojas.

A margem da varejista apresentou uma melhora significativa, atingindo 25,1% na margem bruta, ultrapassando os 25% pela primeira vez desde o início de 2022. A margem EBITDA aumentou 1,2 pontos percentuais, indo de 5,8% para 7%. A empresa tem como objetivo atingir uma margem de EBITDA entre 8% e 9% até o final de 2024, de acordo com as projeções da empresa.

Marcelo Pimentel atribuiu a melhoria do EBITDA a diversas ações adotadas pela empresa este ano, incluindo a redução de despesas da estrutura do escritório em R\$ 130 milhões e um trabalho de orçamento base-zero em parceria com a Falconi,

que resultará em uma redução adicional de R\$ 230 milhões em despesas. Além disso, melhorias nas negociações com fornecedores e redução de estoque também contribuíram para a margem bruta.

O CEO mencionou que a empresa conseguiu reduzir o estoque em 6 dias no ano anterior e mais 3 dias este ano, com planos de redução adicional no atual trimestre. A disponibilidade de produtos nas prateleiras das lojas também melhorou significativamente.

O destaque do trimestre foi o resultado final, que superou substancialmente as expectativas dos analistas, registrando um lucro líquido de R\$ 5 milhões, enquanto o mercado projetava um prejuízo de cerca de R\$ 220 milhões.

Brazil Journal

OXXO inicia expansão no litoral paulista

Após estender sua presença pela cidade de São Paulo e sua região metropolitana, a rede OXXO dá as boas-vindas a Santos, no litoral de São Paulo, com a abertura de duas novas lojas na Baixada Santista. Estas unidades estão situadas na Rua da Paz, número 32, no bairro do Boqueirão, e na Rua Pasteur, número 81, no Gonzaga.

“Estamos celebrando um importante marco na expansão da rede OXXO no estado de São Paulo. Com mais de 350 lojas em todo o estado, era fundamental incluir a Baixada Santista em nossa rede. A escolha dos bairros levou em consideração a dinâmica das cidades e a crescente demanda da popula-

ção por comodidades a uma curta distância a pé, o que reflete nosso compromisso em estar sempre próximos de nossos clientes. Além de Santos, nosso objetivo é abrir 50 mercados em todo o litoral nos próximos 12 meses. Estamos empolgados com esse próximo passo”, declarou o diretor de expansão do Grupo Nós, David Pestana.

Além das novas lojas em Santos, a rede tem prevista a inauguração de sua primeira unidade em Praia Grande, na Avenida Presidente Castelo Branco, número 5191, no bairro Guilhermina, em 30 de outubro. As demais unidades em Praia Grande e São Vicente devem ser inauguradas em dezembro para atender à população litorânea.

Super Varejo



Americanas negocia com exclusividade venda da Natural da Terra ao St Marchê



Americanas informou o mercado que decidiu entrar em período de exclusividade em relação a uma das propostas de compra da rede Hortifruti Natural da Terra.

Conforme noticiado pelo jornal Valor Econômico, e confirmado pela reportagem, a empresa em questão, interessada no ativo, é a rede de supermercados St Marchê.

A venda da Natural da Terra faz parte do plano de recuperação judicial da Americanas, que assumiu em junho uma fraude contábil nos balanços financeiros da empresa que resultou em um rombo de mais R\$ 20 bilhões.

Segundo comunicado ao mercado enviado na noite da

última quinta-feira (2), a proposta que entrou em período de exclusividade foi recebida no dia 12 de setembro deste ano, e tem prazo de até 120 dias.

“Tal período de exclusividade poderá ser estendido por mais 60 dias, para aprofundar as negociações acerca da proposta recebida”, informou a Americanas.

A empresa não deu nenhum detalhe sobre o valor oferecido pela rede de hortifrutis.

Questionada, a assessoria da Americanas não confirmou a empresa que negocia com exclusividade o ativo, e disse que não acrescentaria nenhuma informação ao divulgado no comunicado ao mercado.

A Americanas iniciou o processo de sondagem no

mercado para venda do ativo no dia 18 de maio.

“A companhia informa que recebeu propostas não vinculantes acerca de potencial alienação do HNT [Hortifruti Natural da Terra] através de unidade produtiva isolada (UPI) no âmbito da sua recuperação judicial”, disse a Americanas no comunicado ao mercado.

O rombo bilionário na empresa, que inicialmente foi denunciado como “inconsistências contábeis” pelo ex-CEO da companhia, Sergio Rial, em janeiro deste ano, resultou na recuperação judicial da empresa.

Em março deste ano, o plano de RJ foi apresentado ao mercado.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress